

Con. Brasil

12 MAR 1993

POLÍTICA ECONÔMICA

Problemas dos bancos estaduais dificultam implementação de plano de estabilização

por Claudia Safatle
de Brasília

A situação financeira dos bancos estaduais é um dos graves problemas a administrar na eventual implementação de um plano de estabilização sustentado numa "âncora monetária". A listagem de medidas preparada pela equipe do ex-ministro Paulo Haddad, e que pode ser aproveitada, em grande parte, pelo ministro da Fazenda, Eliseu Resende, não considerou ponderações de ordem política. São sugestões técnicas e que indicam, para um estado de crise nos bancos estaduais, medidas severas: a intervenção do Banco Central para a aplicação de um duro programa de saneamento, enxugamento de agências, de funcionários, entre outras providências.

Assessores do ministro da Fazenda garantiram a este jornal que a área econômica deverá levar ao presidente da República, num espaço curto de tempo, um "conjunto de medidas que, na pior das hipóteses, freia a aceleração da taxa de inflação. E serão, todas, medidas calcadas na ortodoxia". Uma fonte do gabinete do ministro ponderou, ainda, que a extinção da Taxa de Referência (TR) e da TRD (diária) não seria uma providência

para a primeira etapa de um programa econômico. "Não podemos acabar com a indexação com uma inflação no patamar de 25% ao mês", esclareceu essa fonte. Seria, assim, uma medida para ser adotada numa segunda ou terceira etapa do programa, quando a taxa de inflação já estivesse em "níveis razoáveis".

O diagnóstico que ampara a preparação técnica de um plano de estabilização

considera que a inflação, hoje, é formada muito mais pelas expectativas quanto ao futuro do que alimentada por uma inércia. O único fator de inércia, seria, na visão dos economistas oficiais, a política salarial, que busca a inflação passada. Para mudar expectativas é preciso, assim, de um "choque de credibilidade" e não de um choque heterodoxo.

Credibilidade, agora, se-

ria aplicar uma mudança estrutural nas políticas fiscal e monetária, e é nessa linha que as medidas que hoje estão sob avaliação da assessoria do novo ministro da Fazenda aponta. Uma vantagem desse conjunto de atos — que tenta eliminar a "quase-moeda" hoje abrigada no Fundo de Aplicações Financeiras (FAF) ("fundão") e esticar para 90 dias os prazos das demais aplicações (cadernetas de poupança e títulos privados) — é que são medidas que não precisam de feriado bancário e podem até ser previamente discutidas com o Congresso Nacional.

Aliás, esse foi um dos compromissos assumidos pelo ministro da Fazenda, durante pronunciamento no Senado Federal, no início desta semana: "Tudo que fizermos será discutido e compartilhado com o Congresso Nacional", assegurou o ministro.

Eliseu Resende recebeu, para o caso de optar pelo alongamento de prazo de parte dos Bônus do Banco Central (BBC, que lastreiam as cartas de recompra), duas alternativas. Uma, compulsória e a outra que prevê promover com recursos originados da aceleração do programa de privatização, o alongamento voluntário.